



Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Marmeleiro, 22 de outubro de 2025.

Processo Administrativo Eletrônico n.º 1798/2025
Pregão Eletrônico n.º 068/2025

PARECER JURÍDICO N.º 342/2025 - PG

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela licitante COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CH LTDA (mov. 19) em face da decisão que habilitou e declarou vencedora, para o *item 03 - Gasolina Comum*, a empresa SIM REDE POSTOS LTDA., no âmbito do **Pregão Eletrônico n.º 068/2025**, cujo objeto é “o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota oficial do Município de Marmeleiro/PR”.

A Recorrente questiona a habilitação e aprovação da proposta vencedora, alegando que a empresa não atende aos requisitos do edital, requerendo a sua convocação como licitante classificada em segundo lugar.

A licitante vencedora apresentou Contrarrazões, via e-mail.

Submeteu-se os autos ao crivo desta Procuradoria para análise e manifestação.

É a síntese do necessário.

Passo à fundamentação.

II – DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

A Lei n.º 14.133 estabelece, em seu art. 165 a possibilidade de interposição recursal mediante manifestação imediata e apresentação das razões recursais em um prazo de 03 (três) dias úteis de atos da Administração decorrentes da aplicação da lei, sob pena de preclusão.





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

O prazo teve seu termo inicial na data de 07/10/2025 e termo final em **10/10/2025**, data da interposição do Recurso. Portanto, **denota-se que é tempestivo, razão pela qual deve ser conhecido.**

Quanto às Contrarrazões, o prazo para apresentação é o mesmo, contados da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, nos termos do § 4º do mesmo dispositivo. Intempestivas, portanto, considerando que o termo final foi na data de 15/10/2025 e que foram apresentadas em 21/10/2025, ocorrido, assim, a preclusão.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

Primeiro, cumpre salientar que essa Procuradoria emite parecer sob à ótica estritamente jurídica, não lhe competindo adentrar no mérito, na conveniência/oportunidade e discricionariedade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública ao traçar os parâmetros da contratação entendida como necessária e sua forma de execução, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente administrativa.

Ressalte-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, à decisão a ser adotada pelo gestor municipal.

Todavia, imperioso ressaltar que todo o procedimento deverá observar a legislação de regência da matéria, sobretudo no tocante a prazos e atos essenciais.

Pois bem.

A análise recursal restringe-se à verificação do atendimento, pela empresa vencedora, da exigência constante do item 4.4 do Termo de Referência, que determina a localização do ponto de fornecimento no perímetro urbano do Município de Marmeleiro.

O referido item, transcrito no recurso, justifica a limitação geográfica pela necessidade de garantir o abastecimento direto, imediato e contínuo dos veículos oficiais que operam predominantemente dentro do perímetro urbano. Tal requisito, portanto, não configura restrição indevida à competitividade, mas medida legítima de eficiência administrativa, amparada pelo art. 37, caput, da Constituição Federal e pelos princípios da economicidade e da continuidade do serviço público.

Nesta senda, a alegação recursal de que a empresa estaria localizada fora do perímetro urbano não encontra amparo fático, tampouco jurídico.





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Explico.

Em consulta ao espelho do imóvel, juntado pelo Setor de Licitações ao mov. 20, verifica-se expressamente que o endereço do posto encontra-se dentro do perímetro urbano do Município de Marmeleiro. Assim, resta comprovado o cumprimento do requisito editalício.

Ao que pese constar, no espelho do imóvel apresentado, a denominação “*Toscan Empreendimentos Imobiliários*”, verifica-se que tal inscrição se refere à mesma pessoa jurídica da empresa vencedora, Sim Rede de Postos Ltda., a qual ainda não procedeu à atualização cadastral do registro imobiliário junto ao órgão competente.

Tal circunstância, todavia, não possui o condão de invalidar a habilitação ou de obstar a contratação, uma vez que se trata de mero descompasso formal de natureza cadastral, sem qualquer repercussão sobre a titularidade, localização ou funcionamento efetivo do estabelecimento no endereço indicado.

A exigência editalícia limita-se à comprovação de que o ponto de fornecimento esteja situado no perímetro urbano do Município de Marmeleiro, condição que restou devidamente atendida, conforme demonstra o espelho do imóvel e demais documentos constantes dos autos.

Assim, a ausência de atualização da titularidade imobiliária não configura irregularidade material, mas simples questão administrativa passível de regularização posterior, não sendo razoável utilizar tal fato como óbice à celebração do contrato administrativo, sobretudo diante da comprovação inequívoca de que o estabelecimento encontra-se em pleno funcionamento e dentro dos limites urbanos exigidos no edital.

Registra-se que, muito embora as contratações públicas no Brasil tenham histórico marcado por um forte formalismo, a nova legislação de regência de Licitações e Contratos trouxe expressiva transformação, dando nova roupagem e força normativa ao tema,

Assim, valioso atentar-se ao Princípio da Vedação ao Excesso de Formalismo, também denominado Princípio do Formalismo Moderado, consagrado implicitamente no ordenamento jurídico e reforçado pela Lei 14.133/21, cuja hermenêutica deve ser sistemática e teleológica a fim de viabilizar a coexistência harmônica com os demais princípios, tudo em prol do supremo interesse público, de modo que o apego irrestrito à forma não pode se sobrepor à análise substancial do atendimento desse interesse.





Município de Marmeleira

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

A Administração deve evitar que formalidades excessivas ou meramente burocráticas sirvam de óbice à continuidade do procedimento ou à contratação de proposta mais vantajosa, desde que os requisitos essenciais à validade do ato estejam presentes e que não haja prejuízo à isonomia, à competitividade ou à seleção da melhor proposta. É o que se extrai do art. 12, inciso III, da LL:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

[...]

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

[...] [Grifou-se].

No tocante às contrarrazões, considerando-se a intempestividade de sua apresentação, não devem ser conhecidas, permanecendo válidas apenas as informações constantes dos autos e documentos comprobatórios.

Inexistindo ilegalidade ou irregularidade na habilitação da empresa vencedora, uma vez que atendeu integralmente às exigências do Termo de Referência e demais dispositivos do edital, passo a concluir, entendo que não assiste razão à Recorrente, ao que passo a concluir.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando as informações constantes no processo administrativo em epígrafe até a presente data, com fulcro na legislação vigente, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que fogem da alçada desta Procuradoria, nos termos da fundamentação supra, **manifesto pelo CONHECIMENTO do presente Recurso Administrativo e opino pelo NÃO PROVIMENTO, mantendo-se a habilitação e a classificação da licitante vencedora Sim Rede de Postos Ltda, com o prosseguimento do certame.**

É o parecer.

Assinado eletronicamente por:
KARIMA HAWA MUJAHED
22/10/2025 11:16:01

Assinado eletronicamente com certificado virtual não ICP-
Brasil

Karima Hawa Mujahed
Procuradora Jurídica
OAB/PR 110.980

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/10/2025 11:16:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/jpc828b67fae35>





RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO

Pregão Eletrônico nº 068/2025

Processo Administrativo Eletrônico nº 1798/2025 - Cód. Verificador: N9A4S50U

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de combustível – GASOLINA, DIESEL S-500 e DIESEL S-10, para abastecimento dos veículos oficiais da frota municipal, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes.

Assunto: Recurso da empresa COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS CH LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.129.504/0002-90.

I – PRELIMINARES

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS CH LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.129.504/0002-90.

II – DAS FORMALIDADES

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se que os demais licitantes foram cientificados da Interposição de recurso e trâmite do presente Recurso Administrativo, conforme comprovado no Termo de Julgamento, na data de 07/10/2025.

III – DAS ALEGAÇÕES E ARGUMENTAÇÕES DA RECORRENTE

A licitante COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS CH LTDA apresentou recurso questionando a habilitação e aprovação da proposta vencedora, alegando que a empresa não atende aos requisitos do edital, requerendo a sua convocação como licitante classificada em segundo lugar.

V – DA CONTRARRAZÃO

Não houve apresentação de contrarrrazões.

VI – DA ANÁLISE

Após reexame baseado nas alegações da Recorrente, Contrarrrazão e da Procuradoria Jurídica, passa análise dos fatos:

Considerando o Parecer Jurídico nº 342/2025 - PG (em anexo), que discorre que, A análise recursal restringe-se à verificação do atendimento, pela empresa vencedora, da exigência constante do item 4.4 do Termo de Referência, que determina a localização do ponto de fornecimento no perímetro urbano do Município de Marmeleiro.

O referido item, transcrito no recurso, justifica a limitação geográfica pela necessidade





de garantir o abastecimento direto, imediato e contínuo dos veículos oficiais que operam predominantemente dentro do perímetro urbano. Tal requisito, portanto, não configura restrição indevida à competitividade, mas medida legítima de eficiência administrativa, amparada pelo art. 37, caput, da Constituição Federal e pelos princípios da economicidade e da continuidade do serviço público.

Nesta senda, a alegação recursal de que a empresa estaria localizada fora do perímetro urbano não encontra amparo fático, tampouco jurídico.

Em consulta ao espelho do imóvel, juntado pelo Setor de Licitações ao mov. 20, verifica-se expressamente que o endereço do posto se encontra dentro do perímetro urbano do Município de Marmeleiro. Assim, resta comprovado o cumprimento do requisito editalício.

A exigência editalícia limita-se à comprovação de que o ponto de fornecimento esteja situado no perímetro urbano do Município de Marmeleiro, condição que restou devidamente atendida, conforme demonstra o espelho do imóvel e demais documentos constantes dos autos.

No tocante às contrarrazões, considerando-se a intempestividade de sua apresentação, não devem ser conhecidas, permanecendo válidas apenas as informações constantes dos autos e documentos comprobatórios.

Inexistindo ilegalidade ou irregularidade na habilitação da empresa vencedora, uma vez que atendeu integralmente às exigências do Termo de Referência e demais dispositivos do edital, passo a concluir, entendendo que não assiste razão à Recorrente, ao que passo a concluir.

VII – DA DECISÃO

Pelo exposto, e estrita observância aos demais princípios da Licitação está Pregoeira, considerando o Parecer Jurídico nº 342/2025 - PG, CONHECE o recurso apresentado pela empresa COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS CH LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.129.504/0002-90, tendo em vista a sua tempestividade, para no MÉRITO, NÃO CONCERDE-LHE O PROVIMENTO.

Desta forma a Pregoeira, considerando o Parecer Jurídico nº 342/2025 - PG irá MANTER sua decisão tomada na Sessão Pública.

Sendo assim, submetemos à Autoridade Competente para apreciação e decisão, tendo em vista o princípio do duplo grau de jurisdição.

Marmeleiro, 22 de outubro de 2025.

Francieli de Oliveira
Agente de Contratação
Portaria nº 7.657 de 10/09/2025





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Considerando, o Parecer Jurídico e Resposta da Pregoeira ao Recurso Interposto, em análise a documentação anexada ao processo.

Decido o seguinte:

Que seja MANTIDA a decisão da Pregoeira e Equipe de apoio.

Sem mais, encaminha ao setor responsável para dar prosseguimento ao processo.

Marmeleiro, 22 de outubro de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/10/2025 07:56 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa98060c1c96f4>

